

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Após mais de cinco anos de pedidos não respondidos para que desse a conhecer a lista de edifícios, instalações e equipamentos públicos com amianto, o Governo, através do Art.º 184 do Orçamento de Estado para 2020, transferiu para as entidades a responsabilidade de se candidatarem se pretenderem ser consideradas no Programa de Remoção do Amianto, destinando para o orçamento um valor total de 20 milhões de euros, apesar da estimativa de 2107 considerar um valor inicial necessário de 422 milhões de euros.

No dia 20 de fevereiro de 2020, foi enviado para o GP do PSD pelo Senhor ministro do Ambiente e da Ação Climática, um documento intitulado: "Relatório de Progresso do Programa de Remoção do Amianto-atualizado em julho 2019". Este documento volta a referir apenas valores globais, sem publicar a listagem dos edifícios identificados. Além disto, o relatório identifica várias "lacunas de informação".

Três meses depois, a 22 de maio, o primeiro-ministro anunciou a necessidade de "um 'Simplex SOS' que auxilie os processos de investimento e de resposta às necessidades desta crise" e que "agora que as escolas estão fechadas, é também agora ou nunca que temos de eliminar o amianto das escolas. Temos de lançar uma grande operação de eliminação do amianto das escolas", proposta aliás que foi apresentada publicamente pelo GP do PSD no dia 29 de abril.

Confirmando-se esta realidade é, mais que nunca, necessário conhecer a listagem dos edifícios a intervir e a sua caracterização relativamente à prioridade da sua perigosidade, conforme o GP do PSD, assim como a Associação Ambientalista Zero e o MESA, têm vindo a pedir ao Governo há já vários anos. É fundamental saber o que será intervir, em que condições e com que prazos.

Hoje, dia 23 de junho, o primeiro-ministro António Costa anunciou, na Escola Secundária da Ramada, em Odivelas, a assinatura de um protocolo no valor de 60 milhões de euros para a remoção do amianto, assinado por Manuel Machado, presidente da Associação Municipal de Municípios Portugueses, por Tiago Brandão Rodrigues, o ministro da Educação, e por Ana

Abrunhosa, ministra da Coesão.

Assim, ao abrigo do disposto na alínea e) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vem o signatário, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, solicitar ao Ministério da Coesão Territorial o seguinte documento:

Protocolo para a remoção do amianto, assinado pela Associação Municipal de Municípios Portugueses, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Coesão Territorial.

Palácio de São Bento, 23 de junho de 2020

Deputado(a)s

LUÍS LEITE RAMOS(PSD)

HUGO MARTINS DE CARVALHO(PSD)

RUI CRUZ(PSD)

FILIPA ROSETA(PSD)

ANTÓNIO LIMA COSTA(PSD)

ANTÓNIO TOPA(PSD)

EMÍDIO GUERREIRO(PSD)

HUGO PATRÍCIO OLIVEIRA(PSD)

JOÃO GOMES MARQUES(PSD)

JOÃO MOURA(PSD)

JOSÉ SILVANO(PSD)

NUNO MIGUEL CARVALHO(PSD)

OFÉLIA RAMOS(PSD)

PAULO LEITÃO(PSD)

PEDRO PINTO(PSD)

RUI CRISTINA(PSD)